

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA (UFRO)
CENTRO DE HERMENÊUTICA DO PRESENTE

PRIMEIRA VERSÃO

ANO II, Nº86 - FEVEREIRO - PORTO VELHO, 2003
VOLUME VI

ISSN 1517-5421

EDITOR
NILSON SANTOS

CONSELHO EDITORIAL

ALBERTO LINS CALDAS - História
ARNEIDE CEMIN - Antropologia
ARTUR MORETTI - Física
CELSO FERRAREZI - Letras
FABÍOLA LINS CALDAS - História
JOSÉ JANUÁRIO DO AMARAL - Geografia
MARIA CELESTE SAID MARQUES - Educação
MARIO COZZUOL - Biologia
MIGUEL NENEVÉ - Letras
VALDEMIR MIOTELLO - Filosofia

Os textos de até 5 laudas, tamanho de folha A4, fonte Times
New Roman 11, espaço 1.5, formatados em "Word for Windows"
deverão ser encaminhados para e-mail:

nilson@unir.br

CAIXA POSTAL 775
CEP: 78.900-970
PORTO VELHO-RO

TIRAGEM 200 EXEMPLARES

EDITORA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

PRIMEIRA VERSÃO

ISSN 1517-5421

lathé biosa

86



HISTÓRIAS DE INFÂNCIA

EUGÊNIA CORREIA KRUTZEN



Eugênia Correia Krutzen

Professora de Psicanálise – Universidade Potiguar - RN

echk@diggi.com.br

Histórias da Infância

A infância abandonada é uma questão que gera espanto, indignação, revolta, ao lado de uma igualmente apaixonada recusa a encarar a questão como um problema passível de superação.

Propomo-nos aqui acolher este fato, inclusive nas ocasiões em que é veementemente denegado. Neste sentido é que procuramos a área da História Social da Infância e da Família, esperando encontrar esclarecimentos a respeito de como, na atualidade, nos tornamos – aparentemente - tão indiferentes à infância abandonada.

Em relação a outros problemas, as ONGs brasileiras encarregadas de crianças são significativamente numerosas, conforme Correia (1999). Esperamos, com este estudo, contribuir para que se esclareça o sentido contemporâneo de infância, razão de ser do trabalho que realizam aquelas organizações.

Handke (1990) começa sua **História de uma infância** descrevendo o lugar que já guardava para seu filho ou filha, antes que ele ou ela nascessem. Ao lado de duas outras expectativas para o futuro, a criança era acalentada junto ao sonho da amada, que ele descreve como alguém que lhe seria destinado e da vida profissional que lhe daria acesso a uma liberdade digna de um ser humano. O ponto fundamental da narrativa, para nós, ele sublinha na primeira página: em seus sonhos, esses três anseios não apareceram sequer uma única vez unidos numa só imagem.

Procurando uma ilustração brasileira, ocorreu-nos o filme “Central do Brasil”, dirigido por Walter Salles, que trata justamente desse tema, e não exhibe, em nenhum fotograma, a imagem dos filhos junto a pais e mães, fato ressaltado por Ariès (1973/1986) como novidade no século XVII.

As narrativas de Handke e Salles delineiam uma característica instigante da infância contemporânea: o questionamento à sua naturalidade em relação à família. Vivemos um tempo em que parece plausível afirmar uma infância que não supõe uma família. Para compreender essa situação, procuramos períodos anteriores, quando estes dois termos encontravam-se naturalmente relacionados.

Século XVII: A família e a infância como novidades

Ariès, P. (1973/1986) e Badinter (1980/1985) afirmam que a família enquanto grupo privado vai surgindo, no ocidente, ao lado da infância a ser protegida e preservada dos perigos do meio, durante o século XVII.

Antes dessa época, *filis*, *valets*, *garçons*, eram palavras do vocabulário das relações feudais ou senhoriais de dependência. Um *petit garçon* não era necessariamente uma criança, mas um empregado. Da mesma forma, o termo família referia-se à fidelidade dos servos a um senhor, sem nenhuma conotação sentimental ou natural.

À princípio, pode parecer difícil imaginar que essa instituição, das mais sólidas em nosso imaginário, possa ter uma história onde seu próprio surgimento indique um período em que não existia. Sua dissolução, entretanto, parecia fácil de conceber nos anos sessenta, em uma conotação quase pejorativa para este conceito: na TFP (“Tradição Família e Propriedade”, um movimento civil de direita, dos anos 60); na Máfia; no seu papel de consolidação das heranças e das ideologias, como sublinha o marxismo, ou nas neuroses, conforme a Psicanálise. Mas esses elementos fortaleciam, como perigos a evitar, o espaço onde a família constituía o circuito aconchegante de afeto e segurança. É justamente esta conotação de reduto afetivo que alguns historiadores vão desnaturalizar.

Além dos quadros de Rubens (1609), outros indícios são recortados por Ariès (1973/1986, p. 65) como características de um sentimento de infância: elas começam a receber nomes próprios, a saber quantos anos têm, assim como os pais passam a considerar importante saber quantos são os seus filhos. Há um reconhecimento da especificidade deste período da vida, expresso pelos novos lugares que lhe são determinados nos cômodos das casas, na dimensão dos móveis, nas atividades que lhe seriam proibidas. E há também um lugar entre os saberes, justificando uma medicina especializada, uma pedagogia que lhe sejam próprias.

Ressaltemos: assim como a infância existia, mas não justificava um lugar, um saber próprios, também havia união homem-mulher, que, entretanto, não constituíam necessariamente uma família, não motivava produções culturais específicas. A novidade moderna consiste em unir essas concepções (1).

Um fator presente nesta mudança é o espírito cartesiano, separando as idéias claras e distintas, contribuindo para consolidar representações de crianças separáveis das de adultos, fortalecendo a família também como unidade distinta, lugar de proteção e isolamento onde os filhos podem ser educados à luz da razão. A obra de Rousseau também pode ser representativa desta fase, quando predomina o interesse em prover à infância formação e cuidado.

Mello e Martinez (1998) elaboram um instigante histórico da noção de criança classificando referências filosóficas em três grandes períodos: o primeiro deles associa infância a pecado original, como em Santo Agostinho. Um outro entendimento é efetuado por Descartes, associando infância a erro, ressaltando a suscetibilidade infantil às influências da paixão e da crença. Um terceiro período, também marcado pelo racionalismo iluminista, vincula infância a desperdício, à prevalência do princípio do prazer de Freud. À sucessão histórica pecado-erro-máquina, corresponde a expiação-tutela-utilização.

Lembrando da situação de um segmento considerável de crianças habitantes de grandes cidades contemporâneas que podem ser vistas como referência da possibilidade, vislumbrada por determinados adultos, de se desenvolverem com um tipo de tutela limitada a alimento e abrigo, ousamos propor um ponto a mais no histórico de Mello e Martinez (1998): à criança como pecado-erro-máquina, seguir-se-ia a criança-estorvo, tendo como contrapontos expiação-tutela-utilização e pertencimento.

Mello e Martinez (1998) também criticam a derivação da idéia de criança, ou seja, a tendência a tomá-la como um desdobramento de outras categorias. Propomos, entretanto, que por nossa condição evolutiva de fragilidade ao nascer, seja impossível considerar uma autonomia entre maternagem e filiação, o que, inevitavelmente inclui um terceiro, para que a simbiose se desfaça. Considerar uma tríade indissociável é, portanto, diferente de derivar um termo do outro. Um histórico da infância, assim, vai nos levar a uma construção relativa à família, (considerando-se infinitas possibilidades de organização familiar), como figura e fundo, e é nesse próprio eixo que se pode incluir o fenômeno atual da criança que sobrevive, aparentemente, destituída deste grupo. A família definida pela naturalidade destaca, por contraste, a abjeção constituída por sua ausência: pais que supõem dispensável, opcional, sua ação junto ao filho. Nestes casos, não é que a família deixe de existir: trata-se de uma forma de abandono e isenção que segue paralela, concomitante, às outras formas.

Em outra direção, o Direito Napoleônico, de que somos herdeiros, define criança como aquele ser que, além de não trabalhar, não tem responsabilidade sobre seus atos, sua assinatura não vale nada, qualquer ato seu exige o acompanhamento de um adulto.

Como sucedâneo desta fragilidade, faz-se um investimento em um amor materno, tão natural que daria conta, sozinho, da consolidação da família. A fragilidade em termos físicos de qualquer bebê humano situaria como natural uma suposta tendência da mulher a proteger o filho, justificando, inclusive, que seja regra geral, no caso de separações de casais, que seja a mulher a ficar com a guarda¹. Os dados antropológicos e históricos, assim como as pesquisas com infância abandonada, entretanto, são claros na relativização desta certeza.

Elisabeth Badinter (1980/1985 p. 9) comenta no prefácio a uma edição revisada do seu polêmico livro **História de um amor conquistado: o mito do amor materno**, o impacto causado por sua proposta de que o amor materno seja tão histórico quanto qualquer outro sentimento: *A julgar pelas reações apaixonadas que este livro provocou – e que me surpreenderam, confesso – a maternidade é, ainda hoje, um tema sagrado.(...)*

A autora observa que esta reação ocorre em países avançados ou não, demonstrando que ninguém sai imune da leitura de estudos onde se torne evidente que o sentimento supostamente o mais puro e genuíno, aquele que situa a mãe acima de todas as coisas, pode ser situado historicamente.

Para a autora, entretanto, é fundamental debelar preconceitos, inclusive esses mais arraigados, pois, na medida em que alguém é destituído desta quota mínima inicial, haveria alguma coisa sinistra e mórbida já no início de sua história, legitimando-se, assim, estereótipos negativos sobre crianças abandonadas. Diz a autora:

Se é indiscutível que uma criança não pode sobreviver e desenvolver-se sem uma atenção e cuidados maternos, não é certo que todas as mães humanas sejam predestinadas a oferecer-lhe este amor de que ela necessita. Não parece existir nenhuma harmonia preestabelecida nem interação necessária entre as exigências da criança e as respostas da mãe. Nesse domínio, cada mulher é um caso particular. Algumas sabem compreender, outras menos, e outras ainda nada compreendem. E talvez aí o mal metafísico, uma das causas essenciais da infelicidade humana. Mas será possível pensar em fugir desse mal negando sua existência?(Badinter 1980/1985 p. 18)

Tão pouco os pais, acrescentemos - o elemento masculino da parentalidade –, seria naturalmente informado de sua função, mas este reconhecimento não causa tanto efeito quanto aquele discutido por Badinter.

A “naturalidade” da infância pobre

Além da questão da “naturalidade” da infância em relação aos pais, uma outra nuance evidencia-se, na discussão contemporânea sobre crianças de rua. O reconhecimento da dependência da criança em relação aos pais é diferente, quando se trata da criança proveniente de famílias empobrecidas. A própria denominação se modifica para “menor”, situando automaticamente uma referência civil, legal, impensável para as outras crianças, e sugerindo uma vinculação direta ao Estado.

Uma concepção genuína, tanto do amor materno quanto de uma infância definida por si, é ressaltada por Kramer (1992) como produzida pelas classes dominantes, que divulgam uma infância universal, caracterizada pela idade e pela dependência aos adultos, mas que, de fato, se diferencia inteiramente em função da classe social.

Observamos, novamente, uma distinção possível entre desconhecimento e ignorância. A partir da literatura examinada, além das entrevistas do estudo exploratório, não nos parece possível que educadores contemporâneos desconheçam um sentimento cuja origem remonta ao século XVII: aquele que associa, à infância, a necessidade de proteção e educação. Tratando-se de crianças pobres, entretanto, as propostas de Ariès adquirem outra conotação.

Há homens que desconhecem os filhos que têm, tanto no que se trata de registro no cartório quanto de reconhecimento da importância da função paterna junto a eles, tal como supomos haver acontecido antes do século XVII.

A literatura a respeito, por exemplo, Catela (1997) e as entrevistas do Projeto Axé, registra o quanto é freqüente que as crianças de rua não saibam quantos anos têm, não portem documentos, sendo registradas pelos programas de assistência, demonstrando, assim, que a infância não é uma fase igualmente natural para todos os seres humanos, nem a História constitui um fio linear onde os séculos se sucedam igualmente para todas as classes sociais.

Século XIX / XX

Kramer (1992 p. 24) desenvolve seu trabalho a partir de uma concepção afeita ao ponto de vista marxista, que para nós, constitui, junto ao campo freudiano, as principais referências teóricas dos autores que inspiraram nossa Oficina. Para a autora :

O princípio fundamental é o de que a criança deve ser concebida em função da sociedade de classes, não existindo em si mesma. Encarar a infância dentro da sociedade de classes significa que não existe “a” criança, mas sim indivíduos de pouca idade que são afetados diferentemente pela sua situação de classe social.

A autora vai ressaltar então o discurso oficial, onde a infância genericamente definida em padrões universais serve de parâmetro para uma variação carente, deficiente, inferior, em função das diferenças exibidas em relação ao padrão. Esta deficiência, por sua vez, dará margem aos programas de educação compensatória, cujos efeitos ampliam e intensificam o não-reconhecimento da diferença, da diversidade cultural, fortalecendo a suposição de que os fortes e esforçados auferem os louros a que fazem jus. Assim, haveria famílias, e suas respectivas crianças, socialmente situadas em função do acesso ao capital econômico, tal como propõe a teoria marxista.

Ao contrário da autora, Vogel e Melo (em Fausto e Cervina 1991) posicionam-se favoravelmente à consideração de uma infância universalmente definida, partindo do tipo de relação entre dois sujeitos envolvidos: um deles ocupando uma função materna e outro, a posição de filho. Para os autores a distinção conceitual da infância em função das classes sociais é um absurdo que deve ser evitado nas discussões, defendendo, assim, que a infância encontre elementos definidores em qualquer classe social.

Para nós, uma das formas de tornar visível este elemento universalizante, almejado tanto pela crítica de Kramer quanto pela defesa de Vogel e Melo, pode ser resumido pela indissociabilidade dos três termos: o filho situado pelas funções paterna e materna. Estas funções variam histórica e culturalmente, o que permite a visibilidade daquilo que não se modifica e é imprescindível para o desenvolvimento infantil: a importância de serem funções distintas, mutuamente reconhecidas.

Corroborando essa proposta, além de Ariès, (1973/1986), Badinter (1980/1985), Kramer (1992), Sluzki (1997), Dauster (1992 em Brauer 1994) e Fonseca (em Brauer 1994) são unânimes em ressaltar como é fácil e igualmente falsa uma concepção universal tanto de família quanto de infância. Seus estudos são favoráveis à conclusão de que aquilo que não varia, no decorrer da História, é o tabu do incesto, formulado em torno das relações de parentesco, que embora tomem as mais diversas formas, sempre vão caracterizar o paradoxo da nossa natureza cultural. Essa conclusão indica a indissociabilidade ressaltada entre os termos, pois um tabu é como um chiste, exige uma composição de, no mínimo, três elementos.

Resumindo nosso percurso: infância abandonada supõe alguém que não abandone, o que remete ao grupo familiar. Este por sua vez, supõe uma tríade inicial, viabilizando a transmissão de um pertencimento. Esta maneira de conceber o problema nos leva ao campo fundado por Freud, onde é possível acrescentar à proposta de Kramer: assim como há diferentes infâncias em função de diferentes classes sociais, há diferentes infâncias em função de diferentes tipos de função paterna e materna.

Para nós, a perspectiva freudiana esclarece a discussão, enriquecendo os argumentos de Kramer (1994) e Campos (1992), que definem *criança de rua* como um produto do capitalismo selvagem. Uma das formas de ampliar essa formulação pode ser uma preferência pelo termo criança *socialmente abandonada*, ao invés de *socialmente excluída*, pela implicação que o termo promove em relação aos adultos supostamente responsáveis, envolvendo uma tomada de decisão frente ao fato, irredutível à selvajaria do capital. Alguém pode ignorar que tem um filho, independentemente da classe social em que esteja incluído, e até mesmo

independentemente do fato de reconhecer este filho juridicamente. É possível, neste sentido, que uma herança econômica seja garantida, mas não a transmissão simbólica de um significativo afeito ao pai.

Trata-se assim, de ressaltar que, mesmo intra-classes, há diferentes tipos de paternidade e de maternidade, que nos parecem irreduzíveis ao fator econômico. Sob o ângulo psicanalítico, há crianças abandonadas nas classes média e alta, e há famílias pobres que conservam seus membros unidos de maneira saudável. Esta união ocorre em torno de um eixo ético, simbólico, onde alguma coisa própria àquela família se transmite ou se dissipa entre as gerações.

Esta interpretação enfoca o lugar encontrado pelo sujeito em uma cena, o contexto edípico, onde se desenrola o romance familiar de que ninguém escaparia, e que não pode ser flexionado em função da posição sócio-econômica de um sujeito, mas sim do capital afetivo traçado antes mesmo de seu nascimento. Deste modo, a criança é definida como aquele ser que herda uma determinada posição no contexto edípico, podendo em seguida aceitar ou não, mas jamais ignorar esta configuração inicial de sua existência. Um dos modos de compreender o abandono contemporâneo da infância em risco social remete à posição em que os pais situam sua própria função nesta cena, acreditando que possam ser dispensáveis. Trata-se, assim, de um modo de encadear a História Social da Criança, partindo do sentimento apontado por Ariès. Ao ser considerada relevante a formação de uma criança, admite-se, ao mesmo tempo, a necessidade de um adulto responsabilizar-se por essa formação, confirmando a importância de ser discutida a noção de família.

Chegando a este mesmo ponto, Sluzki (1997) intitula "Rede, família e narrativas" o capítulo do seu livro em que elabora um histórico das terapias de redes, destacando quatro grandes fases: na primeira o foco era mantido no problema; na segunda, a família passa a constituir a unidade trabalhada; na terceira, o próprio terapeuta – sua participação na observação e condução familiar do problema - passa a constituir o centro do processo; até que na quarta fase do histórico das terapias de rede, o autor passa a enfatizar a narrativa como elemento fundamental: o foco passa a ser o modo como o problema é descrito, narrado.

A família então, é delimitada pelo campo das histórias em comum, compartilhadas pelos seus membros, observando que ser parte de uma família implica em compartilhar histórias, descrições, valores, ideologias, mitologias. Trata-se, portanto, de tornar visível – por meio do conceito de família - uma valorização da transmissão desses elementos por meio de narrativas, onde o sujeito encontre seu lugar.

Essa consideração nos levou ao campo dos personagens que promovem identificações, e daí à literatura como pretexto para a construção de um espaço onde novas identificações se fizessem acessíveis através das tramas, dos personagens e movimentos que a própria literatura provocasse.

Em suma: antes do século XVII "família" remetia à fidelidade dos servos e "criança" era definida como um adulto em miniatura. Durante aquele século, instaura-se uma nova associação entre a criança, que precisa de proteção e formação, e a família, grupo voltado, entre outras coisas, para a missão de proteger e educar seus membros. No final do século XX aparece outra novidade, aqui ilustradas pelas histórias de Handke e Salles: cada vez há menos "filhos" e mais "crianças" e as "famílias" são facilmente desfeitas em prol dos interesses individuais de cada membro do casal.

Retomemos a história de Handke e a típica família monoparental contemporânea. Podemos então compreender a perplexidade desse escritor diante da maneira como “a mulher” posicionava-se frente à “criança”, sempre movida pela opinião dos pedagogos e pediatras, destituindo, a ambos os pais, da possibilidade de transmitirem um estilo de “criação” à filha recém-nascida.

Ela se atinha aos livros e às regras de conduta dos especialistas a quem, por mais experiência que tivessem, ele desprezava em sua totalidade. Chegavam-lhe mesmo a provocar indignação, na qualidade de interventores ilícitos e insolentes no mistério que havia entre ele e a criança.”

Ou referindo-se também à ocasião do nascimento da filha:

Por trás do vidro, o que lhe apresentavam não era uma “filha”, tampouco um “descendente”, mas uma criança (...). (Handke 1993 p. 11)

Uma característica de nosso tempo seria a substituição da propriedade humana de se projetar no mundo por meio dos filhos, defendendo uma forma de pertencimento próprio do ideal de cada um, pelas regras de cuidado e criação de filhos estereotipadas e universalizadas. O aumento de tantas crianças em situação de abandono, explícitas ou não, nos autorizam a supor como um dos traços deste final de século, um tipo de infância – pobre ou não - entregue a instituições que também prosseguem o mesmo discurso da desresponsabilização.

Filhos de um saber sem sujeito, sem autor, sem desejo, destituídos do “dom”; movimentando-se em rotinas flexibilizadas pelos cálculos custo/benefício, esta orfandade reconhecida em cartório e legitimada pela ciência seria uma das faces mais expressivas da miséria do nosso tempo.

Notas:

¹ Abrahan (1992) observa a historicidade da união entre homem e mulher. Em séculos anteriores ao ano mil, não havia registro de produções que demonstrassem o sentimento de amor de um homem por uma mulher, mas sim dos homens entre si. Este é então um marco na história do ocidente, no ano mil: a possibilidade de expressão amorosa dos sentimentos entre homem e mulher.

¹ Além da “naturalidade” com que a guarda é concedida à mãe, (de quem também se espera inserção no mercado de trabalho), nossa legislação “obriga” o pai a conceder uma pensão, denominada “alimentícia”. O pai, deste modo, é reduzido ao provedor de alimentos, contemplando os custos mínimos necessários, sem alusão a sua participação na constituição subjetiva do filho. O texto de J. Swift (1993) “Modesta proposta para que as crianças da Irlanda deixem de ser um fardo para seus pais e seu país”, considera, ironicamente, a hipótese das crianças serem transformadas em alimentos, literalmente servidas à mesa. Seguindo o tom caricatural desse autor, a ênfase nas pensões alimentícias durante os processos de separações no século XX, não nos deixa tão longe da Irlanda do século XVII: os filhos passam a ser considerados provedores das suas mães, vias de acesso a um alimento.

BIBLIOGRAFIA

- ARIÈS, P. **História Social da Infância e da Família**. Rio de Janeiro, 1986.
- BADINTER, E. **Um Amor Conquistado: o Mito do Amor Materno**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.
- BRAUER, J. F. **A criança no Discurso do Outro**. São Paulo, Iluminuras, 1994.
- CATELA, F. **A Clínica de Rua: Reflexões Sobre Uma Intervenção Clínica com Crianças e Adolescentes em Situação de Rua**. Dissert. de Mestrado, UNB, Brasília. 1997.
- MATALLO, Eugênia C. **Do risco à escritura: uma oficina de histórias junto a crianças e adolescentes em situação social de risco** – Tese de doutorado. UNB, Brasília, 1999.
- FAUSTO & CERVINI. **O Trabalho e a Rua: Crianças e Adolescentes no Brasil Urbano dos Anos 80**. S. Paulo, Unicef/FLACSO/CBIA/Cortez. 1991.
- KRAMER, R.S. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. São Paulo, Cortez, 1990.
- MELO, G.A.R. e MARTINEZ. **Criança Como Erro, Pecado e Máquina**. In Psicologia em Estudo, 3(1), 69-103. São Paulo: Ícone. 1998.

VITRINE

DIVULGUE:

PRIMEIRA VERSÃO
NA INTERNET

<http://www.unir.br/~primeira/index.html>

Consulte o site e leia os artigos
publicados

*ter sido tecido
de tempo passado
ter saído à caça
da asa da vida
ter matado o pássaro
retorcido o sonho
reduzido a osso
não me fez menos triste*

*levo comigo, vento
entrelinhas segredos
do que (mito) não foi dito
nesse imenso testamento*

CARLOS MOREIRA